



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

PARECER AO RELATÓRIO SOBRE A “MATÉRIA DE INTERESSE REGIONAL - UM NOVO CICLO PARA A AGRICULTURA DOS AÇORES - OS NOVOS DESAFIOS DA PAC” APRESENTADO POR UM GRUPO DE DEPUTADOS DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>2810</u>	Proc Nº <u>28.00/5</u>
Data <u>10 / 07 / 12</u>	1X

PONTA DELGADA, 12 DE JULHO DE 2010



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 5 de Julho de 2010, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada e em videoconferência com as delegações da ALRAA, na cidade da Horta e na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de apreciar o Relatório sobre matéria de interesse regional - Um novo ciclo para a Agricultura dos Açores - "Os novos desafios da PAC" apresentado pelo apresentado por um grupo de deputados do partido socialista, a saber: António Parreira, Benilde Oliveira, Duarte Moreira, Piedade Lalande e Rogério Veiros.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de apresentação de relatórios sobre matéria de interesse regional e a apreciação em Comissão enquadram-se no âmbito da alínea (e do n.º 2 do artigo 11.º e no n.º 5 do artigo 82ª do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente relatório sobre matéria de interesse regional - Um novo ciclo para a Agricultura dos Açores - "Os novos desafios da PAC" apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS enquadra-se nos termos regimentais referidos no capítulo anterior.

O Relatório tem em conta as seguintes premissas:

1. O Futuro da Política Agrícola Comum encontra-se em debate público.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2. O momento de indefinição de manutenção do regime das contas e dos apoios a vigorar na nova PAC, para o sector do leite dos Açores.
3. A importância estratégica que o sector representa para a Região Autónoma dos Açores, com impactos directos e indirectos na sua actividade económica e social, e ainda para a sua sustentabilidade e biodiversidade, internacionalmente reconhecida.
4. A relevância do sector para a fixação de população nas zonas rurais, com a conseqüente preservação da identidade cultural, paisagística e ambiental.

Um grupo de Deputados do GPPS decidiu criar um grupo de trabalho interno, com a missão de auscultar os intervenientes neste importante sector económico e social dos Açores, que após a realização de audições, visitas e contactos institucionais e informais permitiu a realização do presente Relatório sobre os **Novos Desafios da Agricultura na Região Autónoma dos Açores Pós-2013**, cumprindo desta forma um dos poderes que aos Deputados é atribuído no Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução n.º15/2003/A de 26 de Novembro), no seu artigo 11.º, n.º 2, alínea e) "apresentar relatórios sobre matérias de interesse regional".

Para além do objectivo já referenciado, os proponentes pretendem que a elaboração deste relatório nos Açores constitua um documento para reforçar a posição que os representantes da Região, nomeadamente do Governo Regional, irão defender nos organismos nacionais em sede de reforma da PAC, e da União Europeia, onde por sinal os Deputados dos Açores no Parlamento Europeu são membros da Comissão que trata do tema Agricultura.

Após entrega formal na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e discussão em sede de Comissão Parlamentar, os proponentes pretendem que este relatório seja enviado aos vários intervenientes com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

poderes decisórios nesta matéria, quer nacionais quer comunitários, bem como a todas as entidades que acederam colaborar nesta análise.

Consideram ainda os proponentes, que o presente relatório, mais do que a análise de um grupo de deputados é também uma síntese das opiniões e posições manifestadas pelas diferentes entidades quando questionadas sobre o futuro que prevêem e ambicionam para a agricultura nos Açores, em particular perante a Reforma da PAC e o desmantelamento do regime de quotas leiteiras.

O presente relatório está estruturado em quatro partes:

- Enquadramento sócio demográfico e sócio económico da Agricultura nos Açores
- A produção agrícola nos Açores (leite, carne e outros sectores)
- Desafios para o futuro agrícola da Região (pontos fortes e pontos fracos do sistema produtivo regional)
- Propostas e recomendações

Estando dividido em cinco capítulos:

- Enquadramento sócio demográfico e sócio económico da Agricultura nos Açores;
- A agricultura na Economia da Região Autónoma dos Açores;
- Os desafios para o futuro (pontos fortes e pontos fracos do sistema produtivo regional);
- Conclusões e recomendações para uma nova PAC;
- Súmula;

As conclusões obtidas neste relatório tiveram como base a análise feita, pelos proponentes, após a realização das diligências já referidas, considerando a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

situação actual do sector, as potencialidades (pontos fortes) e as vulnerabilidades (pontos fracos) entidades ligadas às diferentes fileiras de produção.

Assim, são propostas as seguintes medidas:

- I. Medidas estruturais de promoção, incentivo e desenvolvimento da agricultura**
- II. Medidas específicas para o sector do leite e lacticínios**
- III. Medidas específicas para o sector da carne**
- IV. Medidas específicas para a área da diversificação**
- V. Medidas a favor do Emparcelamento**

O Deputado PS, Duarte Moreira fez uma breve apresentação do Relatório sobre matéria de interesse regional - Um novo ciclo para a Agricultura dos Açores - "Os novos desafios da PAC", onde salientou que o mesmo visa trazer a debate as questões relacionadas com o futuro da Política Agrícola Comum pós 2013 que poderão afectar em grande medida o futuro e a sustentabilidade da Agricultura açoriana.

O Deputado referiu que este relatório resulta da análise dos contributos obtidos em de cerca de quarenta audições feitas pelo grupo, junto de um conjunto alargado de entidades e pessoas, desde os produtores, associações, indústrias de lacticínios, empresas privadas, cooperativas, especialistas da Universidade dos Açores.

Foi referido ainda, que o documento foi estruturado em quatro partes: enquadramento do relatório, produção agrícola nos Açores, o que foi transmitido pelas entidades e as medidas e recomendações que dessas auscultações resultam.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por fim, o Deputado do PS, referiu que o relatório terá como consequência iniciativas legislativas por parte do PS, que reflectam os anseios dos interlocutores.

O Deputado do PSD, António Ventura, começou por dar uma nota, de respeito e valorização ao grupo de Deputados do PS e pelo seu esforço e dedicação no seu trabalho no documento em análise. Mas relativamente ao conteúdo do mesmo, referiu que, "relativamente ao conteúdo do relatório, tirando as notas políticas, é uma compilação de dados e apresentação de generalidades".

O parlamentar referiu que a recusa do PS ao Projecto de Resolução do PSD - Zonas rurais e agricultura pós 2013, sobre a discussão das consequências da PAC, exclui do debate plural os parceiros sociais. Na sua opinião, disse, que "deste relatório pensava que iriam surgir medidas, e não apenas princípios que mais não são um conjunto de generalidades."

Salientou, que a iniciativa do PSD proponha um proteccionismo político junto da União Europeia e do Governo República, que pensava uma agricultura com visão e novas inquietudes, considerando a sustentabilidade e que o documento em análise na comissão é pobre em tudo isto

Realçou que a qualquer partido político exige-se contacto permanente com as associações do sector, não sendo necessário criar um grupo de trabalho específico para realizar este objectivo

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, realçou o trabalho e o esforço dos proponentes do relatório, tendo contudo, referido que ele resulta apenas de um mês de trabalho, prazo muito curto para a elaboração de um relatório com os fins anunciados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Na opinião do Parlamentar, o documento em análise é uma compilação de dados já publicados em diversas fontes, que não contemplam medidas concretas, que dêem enfoque aquilo que deve ser o futuro da agricultura nos Açores.

Afirmou que este é o resultado da teimosia do PS, pelo facto de ter inviabilizado que fosse a comissão de economia a trabalhar um documento de tão grande importância para a agricultura açoriana.

O Deputado do CDS/PP, salientou que o documento do PS acaba por gorar as expectativas porque na parte fundamental, ou seja nas propostas e recomendações, não são mais do que um conjunto de notas de carácter genérico aonde são misturadas várias situações, de âmbito regional com outras que têm a ver com discussões e pareceres de órgãos comunitários, e inclusive tomadas de posição contrárias aos novos rumos da PAC, como são os casos da discussão sobre os dois pilares da PAC e os apoios ao associativismo e cooperativismo.

Deu vários exemplos: referiu que na componente do desenvolvimento rural referida no documento apresentado em Comissão, é proposto aumentar o envelope financeiro destinado à modernização agrícola e à indústria agro-alimentar. Na sua opinião, esta pretensão não é congruente, com a posição do Governo Regional que só considera apoios em despesas elegíveis até ao montante de 500.000 euros, para a modernização das explorações agrícolas. Recentemente o CDS/PP, durante a realização do XII Congresso da Agricultura, propôs o aumento desse limite para 1.000.000 de euros

O Deputado mencionou que as prioridades das políticas do Partido Socialista deveriam ir por um lado, no sentido de garantir os regimes de excepção para os Açores, como foi o caso da modelação. Não ficar-se por dizer que temos de impedir a renacionalização, não é mais do que uma generalidade.

Proceder à simplificação do processo de atribuição das ajudas, reduzindo a burocracia não sujeitando, assim os agricultores a um processo de controlo excessivo que em nada contribui para a produtividade, já foi denunciado pelos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

agricultores e pelo CDS-PP e que o governo regional tem sido muito renitente no seu acatamento.

Existem hoje, disse, uma evolução nos vários sectores agrícolas, no sentido de não obrigar um determinado modelo nos apoios à produção. O PS volta atrás com este relatório. O partido que suporta o Governo quer obrigar a União Europeia a um único sistema de apoios ao associativismo e ao cooperativismo, referindo que já foi dado o passo em frente, a nível comunitário, referindo que este modelo defendido pelo PS é característico dos países subdesenvolvidos, como são os casos dos Africanos e de alguns da América Latina.

Por fim o parlamentar referiu que não poderia deixar passar a falta de enquadramento com as negociações que são feitas na organização mundial de comércio.

O Deputado do BE, Mario Moniz começou por louvar a iniciativa do PS, salientado que apenas peca por ser tardia e que deveria ser também realizada relativamente ao sector das Pescas.

Este documento, referiu, "têm assuntos que reflectem a preocupação dos agentes económicos que se dedicam à produção de carne, que não tem tido uma atenção devida por parte do Governo dos Açores como tem tido em relação à produção de leite."

Na opinião do Deputado do BE, não há qualquer referência à questão da discussão do apuramento e escolha das raças adequadas aos propósitos produtivos da Região, bem como, não é dado o devido enfoque há questão do incentivo ao associativismo e dos seguros agrícolas.

Por fim, o Deputado referiu, comungar que é o associativismo e o cooperativismo que deve estar na mola de arranque da economia, estando por isso a favor da orientação do Governo sobre esta matéria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado do PS, Duarte Moreira, referiu que há nitidamente uma divergência ideológica com o CDS/PP sobre o modelo de apoio produção, salientando que a nível europeu, uma grande percentagem do rendimento agrícola, provem de cooperativas e associações, como aliás acontece a nível mundial. Esta política está reflectida por toda a região e se está no relatório, referiu, “é porque concordamos com essa mesma orientação”.

A Comissão depois de apresentado e analisado o presente relatório conclui que:

1. No momento em que se discute o Futuro da Política Agrícola Comum o relatório é oportuno e representa um contributo regional para a fixação dos objectivos da PAC pós 2013.
2. Enquadra de forma clara e concisa a realidade demográfica e sócio económica da agricultura açoriana.
3. Agrega um volume substancial de informação, caracterizadora da agricultura, particularmente sobre a produção de leite e de carne, no contexto da economia açoriana.
4. Perspectiva o futuro da agricultura açoriana, através dos seus pontos fortes e fracos, nos domínios da produção e da transformação, bem como na sua diversificação.
5. Aponta um conjunto de medidas estruturais e específicas através de propostas e recomendações para a nova PAC, potenciadoras da continuidade e da sustentabilidade da actividade agrícola na Região.

O Parecer foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PS e BE, a abstenção do Deputado do CDS/PP e os votos contra dos Deputados do PSD.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco V. César".

Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José de Sousa Rego".

José de Sousa Rego